



**Copa
pra quem?**

Expediente:

Publicação e produção de textos: Comitê Popular da Copa de São Paulo

Ilustrações: P. Nathan, Eugênio Neves e Dóro.

Arte e diagramação: Hernane M. Ferreira [hernanemf@gmail.com - (11)988.375.057]

Mais informações:



COMITÊ POPULAR DA COPA DE SÃO PAULO

Blog: <http://comitepopularsp.wordpress.com/>

Facebook: Comitê Popular da Copa 2014 em SP

Twitter: @CopaPopularSP

E-mail: comitepopulardacopasp@gmail.com

Apoio:

Central de Movimentos Populares (CNP), Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Comunidades Unidas de Itaquera, Copa Pra Quem, Defensoria Pública, Escritório Modelo da PUC, Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – Núcleo de Direito à Cidade, Instituto Pólis, Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Movimento de Moradia da Região Central (MMRC), Movimento Nossa Itaquera, Pastoral da Mulher Marginalizada, Rede Jubileu Sul Brasil, Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da USP (SAJU), pesquisadores e estudantes da USP, PUC/SP e UniABC.

Sumário

Carta Aberta à Sociedade	05
Os Megaeventos e a Participação Popular nos Esportes	09
Copa de 2014 em São Paulo: Quem Paga a Conta?	13
Fique por dentro	19
O Direito ao Trabalho Decente e os Megaeventos	21
<i>O que é Trabalho Decente?</i>	21
<i>Quais direitos devem ser respeitados?</i>	21
<i>Como ficam esses direitos nos Megaeventos?</i>	22
<i>O que fazer em caso de violações?</i>	23
As Mulheres por uma Copa Popular e com Participação	25
<i>A Indústria do Sexo – Motivos e Efeitos</i>	26
<i>Megaeventos e Legalização da Indústria Sexual</i>	27
<i>A Copa do Mundo e a Violação de Direitos Femininos</i> ..	29
Direito à Cidade	31
Direito à Cultura	33
Entre neste time!	37

Carta Aberta à Sociedade

Há tempos o futebol deixou de ser somente uma saudável prática esportiva. Muitas vezes, no lugar do espírito esportivo, são impostos à organização desse esporte uma série de interesses econômicos e políticos. Futebol virou mercadoria e sua finalidade, o lucro. A entidade máxima do futebol mundial, a FIFA, tem como verdadeiro objetivo aumentar seu já milionário patrimônio. Uma série de escândalos tornou pública a forma corrupta como essa entidade age. É nesse contexto que o Brasil vai sediar a Copa de 2014. Com superpoderes, a FIFA impôs uma série de requisitos para serem cumpridos. Essas exigências compõem a rentabilidade que a entidade e suas empresas parceiras terão com a realização do evento. Na prática, não deixarão nenhum legado social positivo. Pelo contrário, fatos históricos (por exemplo, a Copa do Mundo na África do Sul) apontam para outra direção.

Nós, cidadãos e cidadãs, que trabalhamos e pagamos impostos, perguntamos: é justo uma entidade corrupta ditar o quê o país deve fazer? Deve o Estado brasileiro se submeter aos seus ditames? Vale gastar tantos recursos públicos em um evento que dura apenas um mês? Fica cada vez mais evidente que quem ganhará com a realização da Copa é o setor imobiliário; as incorporadoras e as empreiteiras lucrarão com

as obras e serviços a serem realizados e com a especulação imobiliária. Através de seu poder econômico e político, esses setores pressionam o Estado para usufruir de enormes somas de dinheiro público em benefício próprio. Observamos a repetição de histórias trágicas: superfaturamentos, falta de transparência, agressões aos direitos humanos, repressão aos pobres, despejos forçados e desrespeito com a população em geral.

A Copa acelera dois processos já em curso em todas as cidades-sede: a repressão aos pobres e aos movimentos populares e a supervalorização fundiária. Os megaeventos não podem servir de pretexto para o aumento de políticas repressivas e contribuir para o agravamento de problemas como o da moradia. Além disso, ainda temos problemas sérios como o assassinato de jovens da periferia, principalmente de jovens negros e negras e a violência generalizada contra as mulheres, os/as trabalhadores/as formais e informais e os movimentos sociais. Cabe lembrar que, durante a Copa realizada na África do Sul, houve um grande aumento do tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para a exploração sexual. A Copa servirá para potencializar ainda mais estas formas de violência? Não podemos deixar que isso ocorra. Desde já denunciaremos o turismo sexual em nosso país por causa da Copa.

Não concordamos que, sob o pretexto da realização da Copa, uma série de favorecimentos ocorra por parte do Estado brasileiro, como as licitações obscuras e a privatização dos aeroportos. Também não queremos que a Copa seja a reprodução do Pan 2007, no Rio de Janeiro. O dinheiro utilizado para a realização daquele evento foi tirado da saúde, da educação, da moradia. Resultado: a falta de recursos provocou o caos nos hospitais, a epidemia da dengue e o desmoronamento de encostas.

No caso da cidade de São Paulo, é mentiroso o argumento de que o estádio em Itaquera trará benefícios para toda a Zona Leste. O desenvolvimento da região é obrigação do Estado,

numa dívida histórica que este tem em prover saúde, educação, moradia, políticas para a infância e a juventude, desenvolvimento urbano e transporte de qualidade. Essas responsabilidades não devem estar atreladas à Copa, dado os interesses privados que esse evento comporta.

O estádio é importante, porém é mais do que perverso se apropriar da paixão da torcida para justificar uma obra que só trará lucros a alguns setores (sendo quase todos privados). O empenho para sua construção será maior que o empenho para a construção da Universidade Federal da Zona Leste.

Ademais, repudiamos a valorização imobiliária da região e a remoção de comunidades inteiras. A população local deve ter seus direitos respeitados.

O Comitê Popular da Copa/SP é formado por entidades e organizações populares. Como trabalhadores/as organizados/as, temos um projeto de sociedade e de cidade diferente do que está sendo imposto. Não admitimos desrespeito às leis, acordos obscuros e violação aos direitos humanos. Contamos com o apoio de todas as entidades, órgãos da imprensa e setores da população preocupados com os rumos que a organização da Copa está tomando e com seu legado.

Pelo fim dos despejos e das remoções!

Por moradia digna para toda a população!

Por políticas públicas para a população de rua!

Por políticas públicas para a juventude!

Pelo fim de todas as formas de violência e exploração das mulheres!

Pelo fim da violência policial e do genocídio da população negra e pobre!

Por trabalho decente e salário justo!

Pelo fim da perseguição aos trabalhadores informais!

Por educação pública, universal e de qualidade!

Pela universidade pública (UNIFESP - Jacu Pêssego) com cotas sociais e raciais!

Por transporte público, barato e de qualidade para toda a população!

Por saúde pública de qualidade pra toda a população!

Que todos possam usufruir o direito à cidade!

Por uma Copa com verdadeiro legado social!

Pela transparência e acesso à informação!

Pelo fim da elitização do futebol!

Comitê Popular da Copa SP



Os Megaeventos e a Participação Popular nos Esportes

Um dos legados que nos prometem com a vinda dos megaeventos esportivos (Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016) é o legado esportivo. Tal promessa tem como objetivo melhorar a relação dos brasileiros com os esportes, incentivando sua prática e a participação. Porém, vemos que a preocupação dos organizadores está longe dos interesses do povo.

Como diz o jornalista Juca Kfourri, não faz sentido um país que não tem cultura esportiva sediar os Jogos Olímpicos para depois criar essa cultura. Ainda que o investimento em atletas para bons resultados nas Olimpíadas de 2016 se reflita numa maior procura pelos esportes por conta do grande destaque na mídia, a inclusão da juventude na prática esportiva não se concretiza assim, já que os equipamentos serão criados somente para a disputa dos Jogos Olímpicos. Não há projetos para a inclusão da população. Falta o investimento em equipamentos para uso na formação de base e a para a prática esportiva lúdica, como um divertido jogo, que é o primeiro passo para a introdução do esporte em nosso cotidiano.

O investimento em esporte com o único objetivo de passar ao mundo a imagem de um Brasil “potência olímpica”, ganhando medalhas e competindo pelos primeiros lugares nos

pódios, é inútil e até ruim para a população, já que esconde a falta da prática esportiva de nossa juventude e nossa escassez da cultura do esporte. O acesso amplo a esta cultura, além de formar atletas vencedores, serviria para melhorar nossa qualidade de vida. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a cada Real investido na prática esportiva do povo, economizam-se três em gastos com saúde.



O mesmo vale para a Copa do Mundo. Enquanto o padrão FIFA - um padrão europeu - é imposto aos estádios, aos times, e ao futebol como um todo, e propagado como “modernização”, a população continua convivendo sem direitos básicos como moradia, saneamento básico, estrutura de ensino e saúde. Isso afasta o futebol da realidade da maioria dos brasileiros, porque ao tornar-se um entretenimento caro, cai em prioridade nos gastos de nossas famílias.

O futebol no Brasil antes se realizava e se propagava de forma quase livre entre nossas crianças e jovens, com times de várzea e futebol de rua, jogado também em praças e parques, com suas regras combinadas entre os participantes. Essa prática comunitária do futebol nos levou a ter nossa própria cultura torcedora e nosso modo único de jogar, com dribles e “indisciplina” tática, e acabamos por praticá-lo nacionalmente, criando uma relação de afeto do povo brasileiro com o esporte.

Agora querem trocar nosso jogo, nossa “Cultura do Futebol”, pela imposição da regra do consumo, do futebol resultado e da arquibancada espectadora. E a Copa do Mundo vem ao Brasil para ajudar nessa troca, nos dizendo o quanto éramos atrasados e que o moderno, o bonito, o bom, é o “padrão FIFA”.

Sendo assim, a realização da Copa do Mundo pode, antes de reaproximar o brasileiro do futebol (segundo pesquisa do IBGE de 2008, 43% dos brasileiros não gostam do esporte), servir para afastá-lo ainda mais, ao avançar no processo de elitização das torcidas e de transformação do esporte, do nosso jogo, em mercadoria lucrativa. É o que temos visto acontecer, com a diminuição do público nos estádios, clubes falindo e, o que é mais gritante, com nossas crianças não mais praticando a “pelada”. Nossos parques, praças e ruas não são mais palcos de jogos entre os jovens. O sonho de tornar-se jogador de futebol não é mais unanimidade entre os meninos. Os pais não têm mais a vontade de levar seus filhos aos estádios.

O futebol “moderno”, padrão europeu, que vende e traz lucros, é um “estranho” entre os brasileiros. Ao imporem a nós essa “modernização”, os cartolas, os políticos envolvidos e as empresas que patrocinam e que lucram com o futebol conseguirão exportar para o mundo as imagens de nossas partidas, nossos jovens jogadores e nossos produtos oficiais, mas já estão, aos poucos, matando a ligação amorosa do povo brasileiro com o esporte.

Incentivo ao Esporte



Copa de 2014 em São Paulo: Quem Paga a Conta?

Estão dizendo que a Copa do Mundo de Futebol que vai acontecer em 2014 vai trazer bons negócios para o Brasil, para o nosso Estado e para a nossa cidade de São Paulo. Não é isso que se propagandeiam por aí? Grande evento de possibilidades. Você está ou se sente incluído nesta conta? Quais serão os benefícios com a Copa do Mundo? Você já sentiu algum benefício com a Copa?

Temos observado que não é bem assim que tem acontecido. Empresários, políticos, bancos nacionais e internacionais estão faturando alto com a Copa e o pior de tudo, com o nosso dinheiro, em nome de todo o povo brasileiro, sem que possamos decidir como será aplicado e quanto de recurso será destinado para estas mega obras. Aqueles que já lucram todos os dias (banqueiros, empreiteiros, e “donos” do futebol,...) continuam sendo beneficiados com a política adotada para a Copa. Benefícios que saem da prefeitura, do governo estadual e ou federal vão parar direto nos bolsos dos “donos” do futebol e usam da paixão pelo futebol para aumentar os seus lucros.

Vamos aos fatos. Um primeiro aspecto é que os benefícios passam longe do povo e perto dos “donos” do futebol e das empreiteiras que se beneficiam da liberação de espaços públicos, até mesmo de áreas de proteção ambiental.

Eles agem como donos de tudo, de tal modo que flexibilizam as leis, como o Regime Diferenciado de Contratação (RDC) e alteram ou infringem a legislação vigente. O plano diretor que é, conforme o Estatuto das Cidades, o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana do município, é ignorado, desprezado de maneira que a necessidade de estudo de impacto social, ambiental e financeiro na implantação dos empreendimentos fica relegada o segundo plano. Um segundo problema são os despejos e remoções forçadas: uma prática perversa sistematicamente aplicada sobre muitas comunidades na cidade de São Paulo, que sofrem ameaças, repressão, violência e criminalização de lideranças e de cidadãos mais pobres. Em muitos casos, banqueiros, empreiteiros ou empresários podem destruir o meio ambiente, construir em área de proteção e ainda receber incentivos fiscais e econômicos do Estado para tudo isso. A cidade é expropriada do controle do seu próprio território.

Sob o pretexto da realização da Copa, uma série de favorecimentos ocorre por parte do Estado brasileiro (prefeituras, governo estadual e federal), como as licitações obscuras e as privatizações. O dinheiro público que deveria ser usado para saúde, educação, moradia, transporte, passa a ser remanejado para dar conta da falsa urgência das obras da Copa.

Temos escutado dos “donos” do futebol que as empresas e bancos vão ajudar no desenvolvimento, mas isso não é verdade. Eles investem onde podem lucrar! Cartão vermelho neles (empresas, bancos e aos “donos” do futebol).

Com a flexibilização na contratação das obras - o tal sigilo - os custos reais das obras não são publicados e, conseqüentemente, os municípios e os estados se endividem acima dos limites suportáveis. O nosso dinheiro vai beneficiar empreiteiras que farão estádios e vias de transporte (metrô, corredores,...) sem licitação, sem estudo de impacto – social e ambiental -, aprovando as obras e os orçamentos de maneira

duvidosa. Por que usar o Regime Diferenciado de Contratação para as obras da Copa? Só elas são urgentes? O que impede usar a mesma lei para construir escolas, creches e hospitais? Por acaso, não seriam elas urgentes para a continuidade da vida do povo? Por que municípios não podem se endividar acima dos limites para combater enchentes, para fazer esgotamento sanitário, etc., mas podem para fazer um estádio? Você não acha que tem algo errado?

A Lei nº 12.350, de dezembro de 2010, garante isenção fiscal à FIFA e ao Comitê Organizador Local (COL) da Copa. Com isso, a expectativa é que haja uma renúncia de impostos de R\$ 1,2 bilhão, sendo R\$ 300 milhões do Imposto Sobre Serviços (ISS), arrecadado pelos municípios, deixados de serem aplicados em políticas públicas. Já é possível perceber, a essa altura, que a Copa de 2014 é um megaevento esportivo e, ao mesmo tempo, um mega negócio. Os empresários que buscam o lucro cobram caro, como já pudemos ver. Por isso, a combinação de renúncia fiscal, flexibilização das leis e financiamento público para as obras terão como resultado concreto ainda mais endividamento. O Tribunal de Conta da União (TCU), em julho de 2011, afirmou que dos R\$ 23,35 bilhões previstos para a realização das obras da Copa - que certamente será muito mais -, apenas R\$ 336 milhões (1,44% do total) virá do capital privado (das empresas)¹. Em março de 2012, segundo estudo da Consultoria Legislativa do Senado, este valor poderá chegar a R\$ 65 bilhões.

O nosso dinheiro, ou seja, o dinheiro público, dos nossos impostos, será usado para financiar mais de 50% das obras da Copa. São recursos que virão do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) e da Caixa Econômica Federal. O investimento público será complementado pela Infraero e pelos governos municipais e estaduais.

¹ Panfleto da Campanha: A Dívida não Acabou! Você paga por ela! Auditoria Já! – www.jubileubrasil.org.br

O estádio Itaquerão (futuro estádio do Corinthians e futuro palco da abertura dos jogos da Copa) está sendo financiado com recursos do município de São Paulo (um dos municípios do país que detém uma dívida de mais de R\$ 58 bilhões – dados de set/2012²), do BNDES e recursos não identificados, sendo R\$ 430 milhões de financiador desconhecido (não se sabe de onde virão os recursos), R\$ 240 milhões dos cofres do município – aumentando a dívida de nosso município -, e R\$ 400 milhões do BNDES, totalizando R\$ 1,07 bilhões. Era este o custo do Itaquerão em maio de 2011. Vale ressaltar que no final de 2010 o custo estimado para a construção do mesmo estádio era de R\$ 530 milhões. Que salto! Você não acha? O estádio está sendo construído em mais de 60% com recursos públicos. Como poderá ser repassado à iniciativa privada (a um clube de futebol)? Isso não caracteriza uma forma de privatização indireta e antecipada da coisa pública?

Além desses empréstimos para a construção dos estádios (o que se repete nas outras 11 cidades que receberão os jogos), há financiamento público para outras obras de mobilidade urbana (alargamento de ruas, metrô, corredores de ônibus,...), para as remoções e despejos, para a construção de centros de eventos e hospedagem de turistas e seleções, para a ampliação de aeroportos (Guarulhos e Congonhas), para segurança, e tantas outras obras. O transporte coletivo se transformará em mostruário de publicidade cedida a essas instituições privadas internacionais, sem resolver o problema do transporte público na cidade – que está em péssima qualidade, especialmente nas regiões mais distantes do centro. Agora se você faz parte da imensa maioria que não tem uma grande empresa ou um banco, e somente é um vendedor de sua força de trabalho, está passível de sofrer diversas formas de violência, como até mesmo perder a sua moradia. Fique de olho!

² Folha de S. Paulo, dia 1 de setembro de 2012, página A16 poder

Você já se perguntou o que vai ficar como legado social para a cidade e para a população de São Paulo após a Copa? E se é esse modelo de cidade que você deseja? Qual o impacto desse modelo de cidade para a vida da população e para o meio ambiente?

Todos esses recursos objetivam atender aos interesses privados e abrir mercados no Brasil . Já para a população os resultados imediatos são:

1. O aumento da dívida pública, seja ela externa ou interna (federal, estadual, municipal e de empresas estatais). Os nossos municípios, em consequência, promoverão ajustes e cortes nos projetos sociais (educação, saúde, transporte,...);
2. Os espaços públicos serão ocupados pelo setor privado. Vai sobrar pouco espaço na cidade para a população entrar e sair quando der vontade e sem gastar dinheiro;
3. A total falta de controle desses financiamentos por parte da sociedade; o que compromete os recursos que deveriam ser destinados às políticas e programas sociais.

Do modo como está sendo conduzida, a Copa do Mundo vai deixar no Brasil um legado bastante negativo, além do vertiginoso aumento da dívida pública que já se mostra uma realidade para o país, os estados e os municípios. Com esse jogo, você já sabe quem vai ganhar?



Fique por dentro

A Copa do Mundo de 2010: O evento foi o mais rentável na história da FIFA, que arrecadou US\$ 3,2 bilhões de dólares (o dobro do que conseguiu em 2006, na Copa da Alemanha), sem pagar um centavo sequer em impostos à África do Sul. Dados oficiais mostram que o custo da Copa na África do Sul foi multiplicado por onze, entre 2004 e 2010. O dinheiro usado para o Mundial (US\$ 8 bilhões) seria suficiente para construir casas para 12 milhões de sul-africanos que vivem em favelas³.

A Grécia e as Olimpíadas de 2004: A Grécia se endividou pesadamente para receber as Olimpíadas de 2004 e agora enfrenta a pior crise da sua história. Milhões de pessoas estão sendo demitidas, e os salários e investimentos em saúde e educação estão sendo drasticamente cortados.

Montreal em 1976: A população de Montreal demorou 30 anos para pagar a dívida que ficou como legado para a cidade desde as Olimpíadas de 1976. Houve superfaturamento das obras e muita corrupção (se foi assim no Canadá, imagine aqui... onde a legislação foi mudada de modo a dificultar a fiscalização dos gastos).

Soberania: É da natureza de todo Estado soberano, como é o caso do Brasil, determinar como se faz o ingresso dos

³ Panfleto da Campanha: A Dívida não Acabou! Você paga por ela! Auditoria Já! – www.jubileubrasil.org.br.



estrangeiros em seu território. Mas a Lei Geral da Copa entrega a uma instituição privada o poder consular, ou seja, o Brasil passa a sua soberania consular à FIFA.

Ingressos: Em um país onde metade da população vive com até um salário mínimo (R\$ 622), um torcedor deverá desembolsar ao menos 22,5% de sua renda mensal para assistir a um jogo no assento mais barato (R\$ 150 e R\$ 140), se conseguir comprar⁴.

Dinheiro para o ralo: De acordo com a consultoria legislativa do Senado, as obras da Copa de 2014 ficaram R\$ 6,829 bilhões mais caras de janeiro a setembro de 2010 – aumento de 28,7% em oito meses. A estimativa inicial era de 23,35 bilhões, contra R\$ 13 bilhões dos recursos do programa social “Bolsa Família”. O valor também equivale a 10 vezes mais que o orçamento do Ministério dos Esportes para 2010.

Os lucros da FIFA: Muita riqueza será criada, é verdade. Mas até que ponto essa riqueza será justamente distribuída? A FIFA é uma entidade privada que visa lucro. A FIFA lucrou US\$ 631 milhões (de dólares) entre 2007 e 2010, e diz ter uma reserva de US\$ 1,280 bilhão⁵.

⁴ Segundo dados da ANT – Associação Nacional dos Torcedores.

⁵ Jornal Folha de S. Paulo em 04/03/2011.

O Direito ao Trabalho Decente e os Megaeventos

O que é Trabalho Decente?

Pode-se dizer que trabalho é uma ação por meio da qual os homens transformam a natureza e o ambiente para satisfazer suas necessidades ou para atingir uma finalidade.

O direito ao trabalho é um direito humano, de responsabilidade da sociedade, e é dever do Estado garantir que seja exercido de forma digna, fiscalizando as empresas e incentivando políticas públicas trabalhistas.

Para a Organização Internacional do Trabalho, o trabalho decente é um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, sem nenhuma forma de discriminação e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem desse trabalho. Ou seja, é aquele que respeita a dignidade das pessoas, além de ser imprescindível para alcançar outros direitos.

Quais direitos devem ser respeitados?

A Constituição Federal, em vários momentos, fala sobre os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras como direitos sociais.

O artigo 7 apresenta os principais direitos trabalhistas, tais como: proteção contra a demissão arbitrária e sem justa causa, seguro-desemprego, FGTS, irredutibilidade do salário, salário mínimo, 13 salário, adicional noturno, participação nos lucros e resultados da empresa, salário-família, jornada diária máxima de 8 horas e semanal de 44 horas; repouso semanal, hora extra e gozo de férias remuneradas, licença à gestante, licença-paternidade, proteção do mercado de trabalho da mulher, aviso prévio proporcional, redução dos riscos por meio de normas de saúde, higiene e segurança; adicional para as atividades penosas, insalubres ou perigosas; assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas, proibição do trabalho infantil e restrição para os adolescentes, seguro contra acidentes de trabalho, entre outros.

O artigo 8 prevê a liberdade de associação profissional ou sindical e o artigo 9 garante o direito à greve.

Além de escritos na Constituição, esses e outros direitos estão previstos na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e em normas internacionais.

Como ficam esses direitos nos Megaeventos?

Durante megaeventos como a Copa, costuma-se aumentar a exploração sobre quem trabalha nas obras, principalmente por conta dos compromissos assumidos pelo governo federal com a FIFA.

Mas não é só a categoria dos trabalhadores da construção civil que pode ser atingida em tais eventos. As mulheres profissionais do sexo também, já que aumenta a procura por tais serviços; do mesmo modo, aumenta a exploração sexual de crianças (uma das formas de trabalho forçado). Vendedores ambulantes e outros trabalhadores informais também são

atingidos, pois são proibidos de exercer seu ofício em locais próximos aos estádios.

Com isso, devemos ficar de olhos bem abertos, buscar o máximo de informações a respeito dos direitos e denunciar os abusos, de modo a melhorar as condições de trabalho, exigindo que as empresas não desrespeitem esses direitos.

O que fazer em caso de violações?

- Denunciar empresas/empresários ao Ministério Público do Trabalho, aos meios de comunicação e aos Ministérios do Trabalho, da Previdência Social e da Saúde (e, se as violações estiverem diretamente relacionadas com a Copa, também ao Ministério dos Esportes);
- Juntar-se aos colegas de trabalho, organizando-se por meio de sindicatos, associações profissionais, movimentos populares, grupos e outros meios de atuação. Ou seja, enfrentar o problema de forma coletiva – e não apenas individualmente;
- Para a defesa dos direitos em juízo, procurar a Defensoria Pública da União ou a OAB, que prestam serviços advocatícios gratuitos.



As Mulheres por uma Copa Popular e com Participação

De modo geral, os países que já sediaram a Copa do Mundo passaram por um processo no qual as parcelas mais pobres da população tiveram seus direitos humanos e sociais violados, e sofreram com o aumento da miséria e da desigualdade. A falta de discussão sobre o modelo de implantação de um evento como esse gera tais consequências, pois não se medem os efeitos dos impactos para as populações locais.

Um desses efeitos é o aumento da prostituição e da exploração sexual de mulheres, adolescentes e crianças, empreendidos pela mercantilização do sexo e pelo tráfico de pessoas e de drogas, diretamente ligados à implantação dos megaeventos. Não ignoramos aqui que a prostituição no Brasil já é um fato, cuja existência vem sendo discutida há muito tempo, mas queremos destacar que, com a chegada da Copa, ela tende a se agravar.

Um grande número de pessoas vem ao país não só para assistir os jogos, mas também para usufruir de outros “produtos” e “serviços”. O trânsito de pessoas e a facilidade de locomoção de um país para outro pode favorecer o tráfico de pessoas.

A Indústria do Sexo – Motivos e Efeitos

Estudos denunciaram que, durante a realização da Copa do Mundo de Futebol na Alemanha, em 2006, aproximadamente 40 mil prostitutas foram levadas àquele país. E a ONU considera que a exploração de pessoas através da prostituição é uma das atividades criminosas mais lucrativas do planeta, perdendo só para o tráfico de armas e de drogas.

Quarenta milhões de pessoas se prostituem, 75% são mulheres com idades entre 13 e 25 anos, sendo que 90% das 40 milhões são ligadas a cafetões. Os dados do Disque Denúncia 100 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) referentes ao período de janeiro a fevereiro de 2011 demonstram que o sexo feminino corresponde à maioria das vítimas, nas mais variadas formas de violência sexual praticadas contra crianças e adolescentes: são 80% das vítimas de exploração sexual, 67% de tráfico de crianças e adolescentes, 77% de abuso sexual e 69% de pornografia. Um mercado que segundo estimativas da OIT – Organização Internacional do Trabalho, movimenta cerca de 32 bilhões de dólares por ano.

Os dados da PESTRAF (Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes) no Brasil, indicam a existência 241 rotas de Tráfico Interno e Internacional de crianças e adolescentes e mulheres para fins de exploração sexual, sendo que os principais destinos são Europa (Espanha, Holanda, Itália e Portugal) e América Latina (Paraguai, Suriname, Venezuela e República Dominicana). O Brasil também é país de destino para pessoas traficadas da Nigéria, China, Coreia, Bolívia, Peru e Paraguai.

As vítimas brasileiras, na maior parte provem de classes socioeconômicas desfavorecidas, com baixa escolaridade, tem filhos e exercem atividades relativas a prestação de serviços domésticos ou ao comércio. O aliciamento dessas

vítimas geralmente ocorre por meio de promessas de emprego, na área doméstica, para ser dançarina ou modelo por remunerações maiores.

Mas quem são os beneficiados? E por que a preocupação com os megaeventos?

Megaeventos e Legalização da Indústria Sexual

No contexto de megaeventos a defesa pela legalização da prostituição surge como fórmula mágica ao enfrentamento dessa questão, o debate foi colocado no caso da Alemanha e na África do Sul quando estes países foram sedes da realização da Copa do Mundo. Não por acaso, tramita em nosso congresso uma lei de autoria do Deputado Federal Jean Wyllys batizada de “Gabriela Leite” que pretende regulamentar a prostituição tornando-a uma profissão no Brasil.

A afirmação de que a prostituição é um trabalho voluntariamente escolhido ou que equivale ao emprego no setor de prestação de serviços ou ainda que legalizar significa defender os direitos civis e sociais das prostitutas não se sustenta.

Entre 85% e 90% das prostituídas estão submetidas ao poder de um proxeneta ou de cafetões que são os maiores beneficiados pelo comércio de mulheres, ficando com maior parte do lucro obtido com a exploração de seus corpos. Atrás desse sistema temos ainda um forte esquema de máfia, de corrupção e de escravidão de milhões de mulheres, sujeitas a um forte esquema de violência.

Em pesquisa realizada em Chicago demonstrou-se que 21,4% das mulheres que trabalham como garotas de programa e dançarinas foram violadas e violentadas mais de dez vezes, um estudo norte-americano realizado em Minneapolis revelou que 78% das pessoas prostituídas foram vítimas de violência por

proxenetas e clientes, em média 49 vezes por ano; 48% foram arrancadas à força de seus lugares de origem e transportadas para outro estado e 27% foram mutiladas. Já no Canadá as mulheres prostituídas conhecem uma taxa de mortalidade quarenta vezes superior à média nacional.

Defende-se ainda que a legalização visa da maior segurança e direitos trabalhistas à prostituída .

Tal fato não se comprova verdadeiro, a legalização na verdade visa atingir a integridade e legitimidade do explorador e maior segurança sanitária ao mesmo e não às exploradas. Além é claro de que a prostituição é uma atividade altamente rentável e sua regulamentação na verdade tem como efeito estimular o crescimento da indústria sexual.

Nos países onde a prostituição foi legalizada são poucas as pessoas prostituídas que tiveram acesso a proteção: 4% nos Países Baixos, entre 5% e 8% na Alemanha, entre 6% e 10% em Viena (Áustria), 7% na Grécia. Sob essas condições pode-se mesmo afirmar que a prostituição é um ato “livre” ou de escolha individual?

O ato de legalizar reduz o debate sobre os mecanismos constitutivos dessa relação que não altera as relações com o crime organizado, a dinâmica das relações mercantis e patriarcais e seu papel na opressão das mulheres. Podemos brincar um pouco aqui com a famosa fórmula de Marx no Capital, sobre a circulação simples de mercadorias:

A fórmula clássica é $M — D — M$ (mercadoria, dinheiro, mercadoria), transformação da mercadoria em dinheiro e retransformação de dinheiro em mercadoria.

A fórmula da prostituição ficaria assim $M – D – M$ (mulher, dinheiro, mercadoria), transformação da mulher em mercadoria. Legalizar a prostituição significa atestar que a mulher é uma mercadoria. O neoliberalismo tornou-se o principal motor do desenvolvimento da indústria do sexo, do tráfico de mulheres

e de crianças para fins de exploração sexual, fortalecendo as relações comerciais do capitalismo e sustentando o mecanismo de opressão das mulheres.

Sempre defendemos a autonomia da mulher em suas decisões, mas a prostituição não é um ato livre e, menos ainda, de tomada de decisão da mulher. Legalizada ou não, a prostituição continuará sendo a reafirmação do controle que os homens exercem sobre os corpos das mulheres e a manutenção de um padrão sexual imposto às mulheres e seus corpos. Nesse sentido, a legalização da prostituição somente tornaria mais fácil a atuação das máfias na rede de tráfico de mulheres e legitimaria essa escravidão.

A Copa do Mundo e a Violação de Direitos Femininos

A Copa do Mundo trás como possibilidade o desenvolvimento e investimento socioeconômico. A infraestrutura é uma das bases para este crescimento, que assegura o aumento da oferta de emprego e de ligação territorial para as relações de troca de bens e serviços.

No entanto, disso deriva a importância para as mulheres em discutir o assunto. O impacto negativo dos megaprojetos deve ser refletido com profundidade. As construções que acontecerão nesse período pré-Copa quase sempre são feitas de forma irregular, sem a participação da população nas decisões dos projetos, sem uma política clara de inclusão social e trabalho decente; ao contrário, as obras podem gerar aumento da exploração da mão de obra. A exuberância dos megaprojetos tende a agravar os processos de violação dos direitos humanos, aumentar os despejos ilegais sem política de reassentamento para as famílias, aumentar a precarização do trabalho e as desigualdades.

Nesse processo as primeiras atingidas são as mulheres, que são a parte da população mais vulnerável aos impactos

sociais negativos. A tendência é aumentar o processo de feminização da pobreza com a exploração do trabalho informal e precário. Como já afirmamos, os fatores agregados à pobreza são as principais causas da prostituição feminina, sobretudo nos países chamados em desenvolvimento e/ou subdesenvolvidos.

Assim, é necessária uma política de desenvolvimento com maior inclusão social, com políticas específicas voltadas às mulheres, com o controle sobre o tráfico das mesmas, e com a abertura de postos de trabalhos que garantam direitos iguais a homens e mulheres.

Por isso, nós Mulheres queremos uma Copa em 2014 que seja Show de Bola para tod@s! Queremos uma Copa de Inclusão, não de Escanteios e nem Eliminatórias. Queremos uma Copa em que toda a População seja uma Torcida Organizada para aplaudir os gols de garantia dos Direitos Humanos.



Direito à Cidade

Em breve quase metade da população mundial se voltará para seus televisores para acompanhar atentamente aos jogos da Copa. Os mais afortunados virão para a nossa terra, o Brasil, assistir ao evento de perto. Muitos de nós, simples trabalhadores/as, acompanharemos de nossas casas mesmo. Sim, isto porque não teremos como bancar um ingresso de jogo de futebol na faixa estipulada pela FIFA (na África do Sul foi entre US\$139 e 900 dólares).

Muitos/as trabalhadores/as esperam a oportunidade desta grande festa para fazer um “pezinho de meia”, como por exemplo, arrumar uma barraquinha ou um isopor, vender lanches, cerveja, ou mesmo vigiar os carros das ruas, mas isso NÃO será permitido! Na primeira festa que foi oferecida ao povo, no futuro estádio Itaquerão, inúmeros/as trabalhadores/as, que chegaram ao estádio a fim de venderem seus sorvetes e quitutes, foram retirados pela polícia e pelos seguranças do evento e tiveram que voltar para casa com seus produtos. A vigilância e o monitoramento já começaram por ali!

Temos o exemplo recente da África do Sul: os/as trabalhadores/as da construção dos estádios trabalharam à exaustão, devido ao prazo de entrega das obras e muitos/as não foram pagos/as pelos serviços.

Moradores/as de comunidades foram expulsos de suas casas de forma violenta e alojados/as em containers (caixas

de metal que servem para armazenar mercadorias). Neste caso, serviram para esconder gente pobre. Em outro caso, para esconder a paisagem que revelava uma comunidade bastante populosa, levantou-se um grande muro de aço. No Rio de Janeiro, muros já foram levantados para esconder as comunidades pobres, mas os muros foram pintados com a paisagem de Copacabana. A paisagem deixou de ser natural, e agora representa uma paisagem de poder.

Muita gente poderosa está ganhando à custa deste megaevento, como empresários, construtoras, CBF, FIFA. Sabemos que os ganhos serão inevitáveis. Nestes casos o que realmente ocorre é que os prejuízos são divididos pelas camadas mais vulneráveis, porém os lucros se concentram nas mãos dos grandes empresários.

Esperamos do governo uma resposta, uma solução para tantas famílias - estamos falando de milhões de brasileiros - que vieram ou não de outras regiões, mas que não têm onde morar e que, depois de tanta luta, construíram suas vidas em locais onde há cidade, locais onde construíram relações sociais, onde conseguiram trabalho, onde lutaram por asfalto, onde, através de mutirões, levantaram suas casas. Muitos/as ainda lutam por mais escolas, direito à saúde, saneamento básico, transporte e moradia digna.

O Brasil é o terceiro país do mundo com a maior parte da população morando em favelas, atrás somente da Índia e China.

As obras começaram e não há transparência, somente articulação entre empreiteiras, construtoras e Estado. Por enquanto, estas obras somente produziram mais sem-teto e exclusões.



Direito à Cultura

O futebol é parte da cultura brasileira, apesar de nascer entre os ingleses. Jogamos, torcemos, interagimos e brincamos envoltos nos "caminhos" do futebol, como modo de vida e relação social inerente ao povo. Como parte de nossa cultura foi popularizado a partir da década de 1930, juntamente com a industrialização no país, e foi usada também como forma de alienação pelas classes sociais dominantes, que buscou a separação da participação política dos trabalhadores ao determinar a desconstrução da consciência política através deste esporte popularizado. Mas o futebol é mais que uma forma de alienação para os desavisados. Enquanto esporte que envolve o imaginário de milhões de pessoas, apresenta em seu modo de jogar diversas possibilidades de liberação da criatividade corporal e social.

Como elemento da cultura, o futebol foi apropriado e tornou-se ferramenta do movimento de acumulação de capital, que vem transformando esta prática popular em fetiche e mera mercadoria na lógica de valorização do valor. Na condição de mercadoria, o futebol vem se tornando inacessível para a maioria da população, trabalhadores/as superexplorados/as e de baixa renda que tinham nas arquibancadas e nas gerais dos estádios seu espaço de manifestação e expressão social. Neste

movimento há um discurso de desenvolvimento que falseia a realidade, sobretudo, aos habitantes do bairro de Itaquera, local que será realizada a abertura da Copa do Mundo de 2014. Está presente no discurso da FIFA quando diz que o futebol é patrimônio mundial, mas sua gerência prática é privada e privilegia interesses econômicos e políticos de grandes corporações, em detrimento das populações do mundo todo, sobretudo nos locais em que ocorre esse megaevento.

Se houvesse alguma preocupação com o desenvolvimento das comunidades ou mesmo dos países que sediam a Copa do Mundo, toda a cultura local seria reconhecida, a começar pelo acesso destas populações as decisões e mudanças que afetam diretamente suas vidas. Acesso aos jogos, não apenas na condição de torcedor, mas de pequeno comerciante e vendedor, de trabalhador braçal, de pequeno produtor cultural, etc. Valorizaria a produção cultural local, e garantiria o direito à moradia adequada àqueles trabalhadores que vivem há mais de 30 anos nos bairros onde serão construídos estádios, e que serão expulsos de suas casas por um evento de um mês que tem como principal objetivo garantir a circulação e a valorização do capital para as megacorporações.

Um dos principais elementos de dominação de um povo é a expropriação de sua cultura popular, ao ser inserindo na correia de transmissão da cultura de massas da classe dominante e de sua indústria cultural. A Copa do Mundo, neste sentido, chega para trazer os elementos que reforçam este domínio vinculando marcas de produtos e corporações ao futebol. Nenhuma destas marcas e produtos tem por objetivo contribuir com o desenvolvimento do futebol, da comunidade e do país que sedia o evento. Essas empresas só visam o lucro para aumentarem o seu domínio e valorizarem o seu capital, e usam o futebol para estarem presentes em nossas consciências e subjetividade através da ligação que fazem com as dimensões da vida que valorizamos como o futebol.

Já faz tempo que existem muitas pessoas, coletivos e organizações que lutam contra a mercantilização da cultura. A arte é transformada em mercadoria, e todo o fazer artístico e cultural é restrito, com o acesso mediado pela forma mercadoria com vista a um consumismo deslocado da vida real das pessoas. Com a Copa do Mundo não será diferente. O país vai ingressar no mundo das mercadorias como “Alice no país das maravilhas”, e isso tende a ocultar e esconder uma série de problemas e contradições pela espetacularização da sociedade do consumo dirigido. A euforia da ascensão das classes “C” e “D” tende a ofuscar os reais problemas de muitos trabalhadores destas mesmas classes que já estão sofrendo com o efeito Copa em sua vida social, que são tratados como cidadãos de “segunda categoria” e não dispõe de seus direitos sociais garantidos – moradia adequada, trabalho decente, lazer frequente, etc.

O futebol é parte da nossa cultura e, portanto, é patrimônio do povo. Ninguém deu a FIFA o direito de expropriá-lo de nós. A FIFA é como os grileiros latifundiários das terras brasileiras que tomaram de assalto o patrimônio do povo. Não podemos deixar que o futebol seja usado como arma nas mãos de poucos para explorar muitos. Não é por acaso que a Copa do Mundo é “no Brasil” e não “do Brasil”, até porque a Copa do Mundo é da FIFA, e como disse sabiamente nosso querido Dr. Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Vieira: “A Copa do Mundo é uma grande feira de negócios”. E para quem enxerga o futebol como cultura popular do povo brasileiro, e ao contrário dos “negócios” procuram separar sua negação do ócio – negócio –, estes que buscam no futebol não apenas um momento do ócio mas do direito ao lazer e à cidade e a brincadeira, perceberam que o futebol significa uma festa popular de integração que socializa e pode também humanizar. Contudo, o futebol expropriado pelas empresas (que negam o ócio) vem tornando-o mero negócio para a valorização do capital de alguns em detrimento da diversão de todos. Por este motivo, a Copa do Mundo no Brasil pode ser uma oportunidade para desvelar tal realidade

e trazer à tona esta necessidade de expressão e humanização pelo futebol, a importância do esporte para todos como ócio e brincadeira que permite criatividade e a reinvenção de um povo com potencialidades negadas e ofuscadas.



Entre neste time!

Os projetos de desenvolvimento adotados pelas cidades, no caso São Paulo, partem de pressupostos que não consideram o principal interessado, o cidadão. Como vimos nesta cartilha, a cidade que deveria abrigar a diversidade, abriga e amplia um modelo excludente. Este modelo de cidade serve a quem sempre buscou o lucro, as grandes empreiteiras, e aos interesses dos governantes de plantão, ou ainda, como estamos falando de futebol, dos “donos da bola”.

Por outro lado, vemos o sucateamento dos serviços públicos de transporte, educação e saúde, as remoções forçadas, a falta de moradia decente e o endividamento para a construção de estádios e corredores de transporte sobre rodas ou mesmo metrô subterrâneo (um dos mais caros do mundo). Tudo isso sem dúvida já indica quem está lucrando e quem está pagando a conta dos megaeventos. Seremos campeões de quê?

Quais desafios temos diante de nós, cidadãos, movimentos e organizações, não somente com a Copa, mas para fazer frente as violações de direitos de diversas ordens?

O Comitê Popular da Copa luta para que o legado da Copa de 2014 seja o fortalecimento dos direitos sociais e humanos, para que o direito à cidade seja respeitado, para que

o direito à moradia seja um gol a favor da população que vive às margens dessa megalópole. A Copa não pode ser justificativa para aumentar as desigualdades, as zonas de exclusão, a criminalização e a violência. Aproveite dessa cartilha para debater com a sua comunidade, com os seus amigos/as, na sua escola, na universidade, no trabalho, na praça, na rua, no bairro, na igreja e interrogue: Copa pra quem e para quê?

Esta cartilha quer ser um insumo para nos ajudar a planejar nossas ações coletivamente, a nos mobilizar, juntar a nossa força e a nossa voz para um grito de gol a favor da vida, dos direitos! Entre neste time!

COMITÊ POPULAR DA COPA DE SÃO PAULO

Blog: <http://comitepopularsp.wordpress.com/>

Facebook: **Comitê Popular da Copa 2014 em SP**

Twitter: **@CopaPopularSP**

E-mail: **comitepopulardacopasp@gmail.com**





Hernane Martinho Ferreira

(11) 988.375.057 - hernanemf@gmail.com - hernanemf.blogspot.com

Designer Gráfico

"As grandes decisões da vida começam nas pequenas cortezas!"